

Partidos políticos e democracia

JARBAS MARANHÃO

Sumário

1. Partidos – elementos institucionais do Estado.
2. O papel das agremiações partidárias.
3. A conduta dos partidos políticos.

1. Partidos – elementos institucionais do Estado

A disputa entre as facções, através do sufrágio, pela posse dos cargos de governo, é característica da democracia. A competição e os embates eleitorais são da essência do regime e constituem sua natural e vigorosa expressão. É da natureza dos partidos lutar pelo poder, porque no seu exercício eles podem afirmar suas ideias e realizar as aspirações de bem servir.

Diz Lowell que os partidos modernos são mais que agrupamentos de homens reunidos por credos políticos determinados. São, principalmente, órgãos de governo, que encarnam tendências gerais, propõem-se a governar de acordo com elas e dentro das possibilidades do momento. Compromissos com eles assumidos têm o caráter de obrigações contraídas perante coletividades, em função de interesses comuns ou orientações ideológicas.

Para alguns estudiosos, o elemento *ideal* é o preponderante nas organizações políticas, constituindo, como observa Ítalo Luder, o fator vinculatório entre os membros do partido. Para outros, o que tem significação é o elemento *interesse*, em seu sentido materialista, que, na expressão de Mendieta y Nunez, representa o verdadeiro laço de união em toda agremiação partidária, não sendo de desestimar, acrescenta, o elemento *pessoal* do dirigente. Outros, ainda, defendem a necessidade de três bases na formação dos partidos: princípios, interesse e afeição.

Na verdade, é das mais amplas a compreensão que se tem da natureza e do valor dessas organizações. Na sistemática do regime – ninguém o

Jarbas Maranhão foi secretário de Estado, deputado à Constituinte Nacional de 1946, deputado federal reeleito, senador da República, presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco, professor de Direito Constitucional, integrante de várias Academias, entre as quais a centenária Academia Pernambucana de Letras, a Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas, sediada no Rio de Janeiro e a Associação Nacional de Escritores, com sede em Brasília.

ignora – são órgãos constitutivos do Poder, elementos institucionais do Estado, realizando tarefas de administração e desenvolvendo funções de governo. São fatores de funcionamento das Constituições, com o privilégio de colaborar e intervir exclusivamente na organização e funcionamento dos poderes públicos.

Os partidos têm que ser uma força viva, atuante. Não se justificariam sem uma ação permanente em função de objetivos públicos. Não devem existir somente para fazer eleitores às vésperas dos pleitos. Devem promover a formação do eleitor, criar opinião, ter um cuidado especial com a educação das massas. Não há empenho mais importante em favor do prestígio das instituições livres, que este de favorecer o aprendizado democrático.

O conceito da democracia, com a ascensão das massas populares – que é o fato mais característico de nosso tempo – está em plena renovação. Temos de dar um conceito do regime em função das exigências da emancipação humana. Os partidos têm, portanto, que promover a reconstrução democrática na certeza de que as liberdades políticas incluem, necessariamente, as conquistas sociais.

As massas populares não mais querem ficar à margem dos problemas políticos, econômicos e sociais. A função, enfim, das organizações partidárias, como das elites, é a de preparar o povo para colaborar na realização efetiva do regime democrático.

É verdade que os desequilíbrios econômicos, as desordens da produção, as dificuldades financeiras, os conflitos sociais e as inclinações autoritárias sempre ameaçam a democracia. Ela corre muita vez o risco das crises, mas continua, vence os acidentes e tende a fortalecer-se, desde que se inspire nos princípios da justiça social e procure concretizá-los.

É essencial que se eleve o nível mental e ético dos partidos, pois no pluripartidarismo – sem

fragmentações excessivas, é claro – todas as tendências, aspirações e interesses encontram-se presentes no esforço em favor da segurança e solidez do regime.

Dizia Gilberto Amado, a respeito dessas agremiações, que o mandato político não pode ser a expressão de uma civilização metafórica, mas da civilização do Brasil. E que, por isso, na organização geral do País, o primeiro passo é a organização dos grupos que possam entreter um conjunto de opiniões. Pois aos partidos políticos cabe conhecer e interpretar toda a vida social, econômica e cultural, formar e desenvolver a opinião pública, com o debate constante das ideias e problemas da coletividade.

2. O papel das agremiações partidárias

Nas democracias representativas em que os governantes são eleitos periodicamente pelo povo e devem dirigir o Estado de acordo com a opinião de seus governados, os partidos políticos são órgãos essenciais ao regime. Não há democracia sem liberdade de pensamento, sem o livre debate de ideias sobre assuntos de interesse geral, sejam de ordem econômica, social, espiritual ou política.

Nesse regime, se a opinião é o justo fundamento do Poder, a base legítima da autoridade, os partidos políticos devem ou deviam corresponder à opinião pública organizada – órgãos valiosos de expressão e formação política, unindo, sob a mesma bandeira de princípios, propósitos e reivindicações, os que têm pensamento comum a respeito de política e problemas de governo.

Debatendo ideias, formulando programas, estudando medidas de alcance coletivo, traçando diretrizes e sugerindo soluções, fazendo por interessar a maioria dos cidadãos na coisa

pública, as organizações partidárias devem realizar ainda um trabalho educativo da maior amplitude e significação.

Não lhes é suficiente a função de penetrar nos problemas nacionais, de apresentar métodos e meios de resolvê-los, nem lhes basta o dever de apresentar ao eleitorado candidatos capazes de cumprir os seus programas, naturalmente aceitos pelas correntes de opinião, que implica a obrigação da prestação de contas ou na responsabilidade dos governantes perante o público. É também finalidade precípua das organizações partidárias o dedicar-se ao problema da formação do eleitor – ou, como diz Barros Hurtado, com a educação moral das massas –, educação que, segundo este autor, sendo ampla, sincera e permanente constitui o fundamento de uma opinião pública, sadia e honesta.

Principalmente em nosso país, onde a educação democrática não atingiu ainda um nível pelo menos razoável, impõe-se às organizações políticas formar uma opinião independente ou consciente, tornando os partidos o que eles devem realmente ser: centros de ideologia política, impregnados de civismo, instituições de objetivos públicos, atentas constantemente às necessidades coletivas e que busquem a concretização de aspirações gerais.

Não sei de trabalho mais necessário e mais premente que este do aperfeiçoamento político do povo brasileiro; é certo que a democracia é o governo da opinião e que a existência de uma opinião pública organizada é o principal no regime. E também para que se não aceite o que escreveu Oliveira Viana:

“ser um dado objetivo de experiência, que os partidos políticos do Brasil não são organizações de interesse público, e sim, puras organizações de interesse privado ou que não passam de simples clans mais ou menos organizados ou mais ou menos vastos, que disputam a conquista do poder, para o fim exclusivo de explorar, em proveito dos seus membros, burocraticamente, o país”.

Mas que possa servir a observação profundamente pessimista do saudoso sociólogo patrício para fazer despertar, com maior vigor, em nossas elites partidárias, o propósito de renovação e aprimoramento da vida pública brasileira. Mesmo porque é da essência dos partidos, não apenas traduzir ou refletir o nível político da sociedade, senão, ainda, criar uma mentalidade nova, renovar os costumes, aperfeiçoar a conduta do povo, em um trabalho constante de educação cívica.

Terminemos, aqui, com essas palavras do estadista Agamemnon Magalhães que são o suficiente a respeito:

“A educação é a grande força das democracias, e não se processa somente nas escolas, mas por meio da propaganda ou da ação pública dos partidos.

Desde que a democracia destruiu os privilégios, proclamando a igualdade de todos perante a lei, as classes desapareceram politicamente, dando lugar à formação dos partidos, órgãos de coordenação em torno de idéias, no sentido coletivo. Aos partidos, como aos governos – dizia ele – cabe a tarefa patriótica de realizar a democracia, pela prática sincera dos seus postulados. A virtude, como já entendiam os gregos, é a alma, o espírito, a expressão da democracia. Sem sinceridade todas as instituições democráticas não terão vida política. Daí, as descrenças e decepções que vão gerando em toda a parte o ceticismo político, um dos males mais sombrios de nosso tempo. Pela ausência de sinceridade é que a democracia vai se transformando em verdadeiro regime de irresponsabilidade política ou funcional... Sem a noção da responsabilidade não há democracia.”

3. A conduta dos partidos políticos

Há correntes de opinião que constituem forças crescentes, em quase todas as organizações políticas; que reconhecem honestamente existirem divergências sobre a conceituação dos problemas fundamentais do País e soluções para os mesmos apontadas; sobre métodos de administração e normas de convivência política; divergências, algumas delas, essenciais que determinam posições nem sempre conciliáveis.

Essas correntes não podem ser menosprezadas. Exigem que seja a República conduzida através de caminhos largos e seguros. Com rumos certos e objetivos definidos. A vida política só se justifica em função de um pensamento, de uma concepção, de um nobre objetivo a alcançar. Os que sejam realmente políticos, de qualquer filiação partidária, devem ter um ideal a seguir, uma orientação a preservar e defender.

Neste momento, nossos partidos não têm como sentirem-se vinculados a outros compromissos que não os dos superiores interesses do País. Os partidos devem saber conduzir-se com vitalidade, energia, decisão diante de crises, lutando na defesa de princípios democráticos e de um programa de desenvolvimento econômico, dentro das aspirações brasileiras.

O fato social tem profunda repercussão no fato político. Em horas como as que estamos vivendo, não é de se tratar simplesmente da conquista do poder para esse ou aquele partido político. A hora exige bandeiras. Espírito público. Civismo. Uma programação capaz de reacender a confiança na alma do povo brasileiro.

O fato é que os partidos devem integrar-se imediatamente, sem vacilações, nessa realidade, com a exata compreensão da época em que vivemos, de suas implicações internacionais, com roteiros e diretrizes para a hora atual, buscando, afirmar, através de um sentido novo, a democracia brasileira, como capaz de resolver os problemas e atender às necessidades e aspirações de progresso do povo.

Que os partidos não deixem cair de suas mãos essa bandeira de desenvolvimento econômico, nacionalismo e democracia social. Que, ao contrário, saibam empunhá-la bem alto e com vigor, para manter ao seu lado as poderosas frações das grandes massas populares, ainda esperançosas, amadurecidas para a vida política, cada vez mais presentes na luta pelo poder, cada vez mais desejosas de participação nas responsabilidades do governo democrático.

Urge promover o avanço cultural e econômico do País, descortinando perspectivas de uma civilização florescente a consolidar-se no futuro.

Uma civilização consciente do seu destino, sem inquietações nem temores, podendo assegurar, pela ciência e pela técnica, pelo patriotismo refletido e seguro, pela coesão das suas forças morais, a concretização dos ideais de paz e tolerância, legalidade, democracia e justiça social.